

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE CASTRO DAIRE  
NÚMERO DOIS BARRA DOIS MIL E VINTE E CINCO**

-----Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 1, do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

**Ponto Um** - Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.-----

**Ponto Dois** – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.-----

**Ponto Três** – Apreciação do inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e respetiva avaliação, em conformidade com o disposto na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º conjugado com o n.º2, do artigo 27.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

**Ponto Quatro** – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2024, nos termos das disposições legais referidas no ponto anterior.-----

**Ponto Cinco** – Apreciação e Votação da alteração orçamental modificativa – Revisão número um, para efeitos da alínea a) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro, na sua atual redação, em cumprimento do disposto na alínea ccc) do número um do artigo 33.º do Anexo I do mesmo diploma legal. -----

**Ponto Seis** – Análise, discussão e votação da proposta apresentada por João Jorge da Silva Figueiredo.-----

**Ponto Sete** – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**Leitura e apreciação do expediente**-----

**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Sessão, cumprimentando todos os presentes. De seguida informou que o Senhor Presidente da Freguesia de Cujó, não podendo comparecer, se fez representar por Delfina Pereirinha e o Senhor Presidente da Freguesia de Almofala se fez representar por Catarina Silva, estando a Freguesia de S. Joaninho representada por Olinda Costa, dado o falecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Referiu ter estado presente, no passado dia dois de março, na celebração do “Entrudo e Sabores”, a convite da

Associação de Vila Franca; ter participado no Conselho Consultivo da Escola Profissional Mariana Seixas e ainda na iniciativa "Conversas da Sustentabilidade", promovida pelo Município no passado dia dez de abril. Reforçou que, no final da Sessão, todos os membros foram convidados pela CPCJ de Castro Daire, para a realização de um laço azul nas Carrancas vestindo para o efeito uma t-shirt azul. Relativamente às comemorações do 25 de abril solicitou a todos a confirmação de presença.----

-----**Período de Intervenção do Público de harmonia com o n.º1, do artigo 49.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**-----

-----Não se registou a presença de público na Sessão.-----

-----**Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

-----**António Luís Fernandes Ferreira**-----

-----Interveio cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia e restante mesa, o Executivo Municipal, membros da Assembleia e técnicas do município. Destacou a visita do Senhor Primeiro Ministro ao Concelho referindo que, independentemente das questões partidárias, para Castro Daire é sempre um motivo de orgulho ter o Primeiro Ministro, uma Ministra e três Secretários de Estado, entre outras presenças de destaque e relevância nacional e, acima de tudo, o motivo que os trouxe cá que foi o investimento de doze milhões de euros, referindo o Jardim Municipal, após décadas de espera, a Escola Secundária, que esteve mais de quarenta anos sem qualquer intervenção de fundo, a ETAR que é uma infraestrutura importante para a vida das pessoas e a Av.ª25 de abril, que esteve tantos anos em condições precárias, referindo que, embora se tente destacar os problemas que apresenta, concretamente o das tampas o que, no seu ponto de vista, deverá ser corrigido pelo empreiteiro que executou a obra, tem uma via pedonal ciclável da qual já usufruem muitas pessoas, sendo indiscutível a importância da obra. Quanto ao balneário termal, enquanto membro da Assembleia, há mais de trinta anos, sempre defendeu a importância de se efetuar investimento decisivo nas Termas do Carvalhal, considerando-o uma infraestrutura nuclear no desenvolvimento do concelho. Salaria a honra e o orgulho pela visita de uma equipa governamental tão representativa, sentindo que os municípios também estavam na cerimónia, não por simpatia política ou partidária, mas porque era Castro Daire que estava em causa, salientando que, mesmo com as condições atmosféricas adversas, o Município demonstrou, mais uma vez, saber receber. Reforçou que estes eventos são importantes pois revelam a capacidade de captação de investimento e o reconhecimento do nosso concelho, salientando terem estado em Castro Daire os grandes decisores nacionais sendo importante sermos lembrados como gente que faz, que é empreendedora, que trabalha e investe, regozijando-se pela oportunidade de viver esse momento e tudo o que lhe está associado. -----

-----**A Senhora Presidente** informou que no início da sessão, os membros António Luís Ferreira e Amaro Lemos teriam dado nota de que a Assembleia se deveria manifestar quanto ao acontecimento que se está a viver, a morte de Sua Santidade o Papa Francisco, pela figura que foi e pelos "abanões" que deu ao mundo. Neste sentido, em nome do Órgão deliberativo, propôs um Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco e que se fizesse um minuto de silêncio, o qual foi unanimemente cumprido. -----

**O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade**-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Relativamente à Cerimónia com o Senhor Primeiro Ministro disse que, enquanto Presidente, foi um momento memorável do qual nem a chuva

demoveu as pessoas ali presentes. Realça o silêncio perante a cerimónia protocolar, revelador da forma como a população acolheu e esteve presente naquele momento. Este reconhecimento, por parte de vários membros do Governo, do trabalho que está a ser feito, deixa-o particularmente orgulhoso mas, acima de tudo, realça a notória satisfação da equipa governamental por estar em Castro Daire, onde toda a comunidade estava nitidamente envolvida. Saliu que esta inauguração deveria ter acontecido a vinte de setembro do ano anterior, não tendo acontecido por causa dos incêndios. Desta forma, acabou também por se juntar o lançamento do novo balneário das Termas do Carvalhal. Conforme compromisso que assumiu na última sessão, o Senhor Presidente referiu ter trazido algumas peças do projeto para quem tiver interesse em consultar. Informou que, ainda não sabendo que Governo terá o país daqui a dois meses, já deixou a este Governo um conjunto de caderno de encargos e intenções de investimento sinalizados para o futuro, realçando a importância da proximidade à tutela. Reforça que este trabalho também foi feito com o Governo anterior, convidando membros do mesmo a estar presentes nas iniciativas realizadas no concelho, reforçando que não tem nada de partidário, tratando-se sim, do desenvolvimento do concelho trabalho que afirmou continuar a fazer independentemente de qual seja o Governo.-----

-----**Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Mendes dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de S. Joaninho.**-----

-----A Mesa da Assembleia Municipal propôs o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Mendes dos Santos, Presidente da Junta de freguesia de S. Joaninho, que seguidamente se transcreve e que foi lido pela Senhora Presidente: *“No passado dia 13 de março, fomos surpreendidos pela notícia do falecimento do Senhor Joaquim Mendes dos Santos. Não tinha completado ainda 72 anos de idade. Membro desta Assembleia Municipal, por ter sido eleito Presidente da Junta de Freguesia de S. Joaninho vários mandatos, reconhecemos a sua persistência na dedicação à sua comunidade e ao Concelho. A sua simplicidade não o impediu de ser um Homem Grande, pois soube ir ao encontro das necessidades da sua terra. Não desistiu, reivindicou, realizou e concretizou ações no seu meio porque acreditava sempre que era possível ir mais além. Para ele os projetos não acabavam, havia sempre algo para fazer! Às vezes sentimos a sala mais pequena, porque falta alguém! Mas devemos focar-nos no exemplo que testemunhamos na convivência e proximidade com o Sr. Joaquim de S. Joaninho. Aos familiares do Senhor Joaquim, sua esposa Dona Maria Joaquina Ferreira da Costa, aos seus filhos, Dr. Márcio Ferreira dos Santos, membro desta Assembleia, Carlos Alexandre Ferreira dos Santos, Hélder Filipe Ferreira dos Santos, suas noras netos e irmãos a Assembleia Municipal expressa profundo pesar pelo seu falecimento.”*---

**Posto o Voto de Pesar à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

**Ponto Um - Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.**-----

-----**Rui Manuel Pereira Braguês**-----

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Saliu que todos os governantes deveriam vir ao território ver as necessidades e as conquistas que, com muito trabalho, se vão conseguindo. Refere que, embora não tenha sido o seu caso, tem informação de que nem todos terão recebido o convite para a Cerimónia com o Senhor Primeiro Ministro, deixando essa chamada de atenção.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** reforça que além do envio do convite por e-mail, todos os membros foram contactados telefonicamente.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal.**-----

-----O Senhor Presidente, em relação a este assunto referiu que os convites seguiram formalmente por e-mail e foram, posteriormente, contactados telefonicamente. Solicita que possam identificar os casos em concreto, para que se possa verificar algum problema com os e-mail's, lamentando o sucedido, reforçando no entanto que, ao serem contactados telefonicamente, por princípio, foi para confirmar a presença face ao convite enviado.-----

-----**Constantino da Silva Duarte**-----

-----Referiu não ter recebido e-mail nem ter sido contactado quer para a cerimónia com o Senhor Primeiro Ministro, quer para as comemorações do 25 de abril. Apenas a Senhora Presidente da Assembleia o terá abordado em Cujó, relativamente ao 25 de abril.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** refere que estarão atentos, por forma a serem agilizados os procedimentos.-----

-----**Lino Gonçalves da Silva**-----

-----Interveio cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, o Executivo Municipal, membros da Assembleia e técnicas do Município. Reforçou que nunca ninguém o fará calar sobre o que pensa. Parabeniza o Município de Castro Daire pelos grandes investimentos. Reconheceu nunca estar satisfeito/acomodado com o que está feito, mas realça o facto do Executivo ter feito estas grandes obras que trouxeram o Senhor Primeiro Ministro e outros membros do Governo a Castro Daire, realçando também o respeito sentido na cerimónia. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente, realçou um detalhe que aconteceu aquando da visita à Escola Secundária onde a Senhora Presidente da CCDRC disse ao Senhor Primeiro Ministro que a intervenção efetuada na Escola Secundária foi um exemplo na Região Centro e que inclusive foi dado conselho a muitos municípios para seguirem os passos que Castro Daire deu e a forma da intervenção que fez, sendo que muitos só tiveram a noção da qualidade da intervenção aquando desta visita. Refere estar uma escola extraordinariamente interessante e com a mais valia dos dois centros tecnológicos, reconhecendo aqui, o mérito à Direção do Agrupamento, que permitirá posicionar os alunos na vertente tecnológica que é também o futuro do concelho. Saliu ainda que, durante a visita, o Senhor Primeiro Ministro terá questionado relativamente aos contentores ali colocados, tendo percebido que, para além de estar a inaugurar aquela escola, a Escola Básica de Castro Daire também estava em obras, num investimento de idêntica natureza, isto a par de outras intervenções como, por exemplo, a requalificação do Centro de Saúde que se encontra em curso.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.**-----

**Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes na Sessão a que a mesma respeita, aprová-lo.**-----

**Ponto Três – Apreciação do inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e respetiva avaliação, em conformidade com o disposto na alínea I), do n.º 2. do artigo 25.º conjugado com o n.º 2, do artigo 27.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.**

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

**Ponto Quatro – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2024, nos termos das disposições legais referidas no ponto anterior.**

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** efetuou o enquadramento do assunto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para mais informação.

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente interveio referindo que as contas do ano de dois mil e vinte e quatro retratam o que foi o desempenho orçamental e financeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, sendo que, se dois mil e vinte e três já tinha sido um ano com elevado volume de investimento e execução orçamental, em dois mil e vinte e quatro atingiu-se vinte e seis virgula sete milhões de euros. Recorda que quando chegou ao Executivo as execuções rondavam entre os quinze e os dezoito milhões de euros. Salaria o elevado nível de investimento que tem conseguido manter, realçando a capacidade de captar financiamento comunitário. Saliou ter terminado o ano com tudo pago a fornecedores, entenda-se, faturas rececionadas e devidamente validadas pelos serviços, evidenciando também o prazo médio de pagamento, de nove dias, a fornecedores, uma capacidade de endividamento de mais de quinze milhões, equilíbrio orçamental de dois milhões e trezentos mil euros, um saldo para a gerência seguinte de cinco milhões de euros, oitocentos e quinze mil euros e um EBITDA de três milhões e sessenta e um mil euros que comprova o desempenho operacional do Município de Castro Daire. Realça o investimento em muitas áreas e, tal como fez perante o Senhor Primeiro Ministro, nesta aprovação de contas, deixou um reconhecimento a todos os trabalhadores do município e, neste caso, um especial agradecimento à Divisão Administrativa e Financeira, na pessoa da Chefe de Divisão presente nesta sessão.

-----**Paula Alexandra Simões Oliveira Fernandes**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Refere intervir para fazer uma breve apresentação da análise efetuada à prestação de contas, passando a ler o que seguidamente se transcreve: *“Após análise dos documentos de prestação de contas manifestamos a nossa preocupação quanto a uma série de indicadores que se vêm degradando de ano para ano. Os valores dos empréstimos bancários contraídos continuam a aumentar. No ano a que respeita esta prestação de contas passaram para oito milhões quatrocentos e quarenta e seis mil e novecentos e sete euros, mais cerca de um ponto cinco milhões que no exercício anterior. De salientar que o Município de Castro Daire surge em segundo lugar entre os municípios de pequena dimensão com maior contratação de empréstimos no último anuário financeiro publicado. Pelos vistos infelizmente essa tendência é para continuar. Uma vez mais o resultado líquido do exercício é negativo, este ano no valor de mais de um milhão de euros. Somando os resultados líquidos acumulados desde dois mil e dezoito, os mesmos já ultrapassam os dezasseis milhões de euros negativos. Saliuamos a existência de dívidas a fornecedores no valor de duzentos e cinquenta e oito mil cento e quarenta e cinco euros, o que mais uma vez deita por terra o slogan “tudo pago a trinta e um de dezembro”. O passivo aumentou em cerca de três milhões e seiscentos mil euros em relação ao ano anterior, totalizando o valor de dezoito milhões cento e trinta e três mil duzentos e quinze euros. No estabelecimento termal*

*misturam-se os valores de termalistas com utentes das piscinas, não nos permitindo fazer uma análise séria. Alertamos para o valor aplicado em contratos de emprego inserção, a rondar os novecentos mil euros. Os graus de execução das despesas de capital são baixos, apenas cinquenta e cinco por cento. São números, são factos com que nós nos preocupamos.”-----*

-----**António Luís Fernandes Ferreira**-----

-----Interveio parabenizando pelo trabalho técnico na elaboração da Prestação de Contas. Referiu que ao olhar para a informação escrita do Senhor Presidente se percebe uma estratégia bem definida e que se reflete nas contas. Em relação à dívida a fornecedores certamente terá a ver também com a respetiva situação perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, pois existem uma serie de procedimentos contabilísticos necessários para que a despesa possa ser efetivamente paga, falando-se, no entanto, de dívida transparente e assumida. Aborda os prazos de pagamento a fornecedores, que são relativamente curtos comparativamente a muitos outros municípios, pelo que se regozija. Salaria que durante anos se referiu ao aumento da despesa com pessoal, no entanto, reconhece que o trabalho feito por este executivo e parte feito também pelo executivo anterior fez com muitas famílias não tivessem que emigrar. Quanto aos CEI's, não sendo favorável à modalidade, deixa claro que este executivo reduziu substancialmente a precariedade, criando também oportunidades para os nossos jovens cá ficarem. Relativamente às Grandes Opções do Plano, destacou a aposta na área da Proteção Civil, no apoio e na prevenção. Ao nível do ensino não superior, falou de um valor superior a seis milhões de euros, onde só a Escola Secundária tem um investimento de cerca de seis milhões de euros, considerando a requalificação e os Centros Tecnológicos Especializados, ao que acresce a requalificação da Escola Básica, o que coloca Castro Daire, quer em termos de parque escolar físico quer em termos tecnológicos ao nível dos melhores do país, facto que deve ser enaltecido. Realçou ainda a eficiência energética, que traz poupança ao mesmo tempo que cuida do ambiente. Destacou o lançamento do projeto do edifício termal, que será uma realidade. Não obstante, referiu que apesar de todos os investimentos e benefícios dos quais os castrenses irão usufruir não estão acomodados nem totalmente satisfeitos, considerando dever-se olhar para o Mercado Municipal e uma Central de Camionagem. Referiu que, naturalmente tudo isto fará disparar o endividamento, salientando que todos saberão que existem oportunidades que, ou se aproveitam ou se perdem para sempre, dando o exemplo da construção do pavilhão gimnodesportivo da escola básica, altura em que, na escola e neste órgão, alertou para a necessidade de se fazer um pavilhão com outra estrutura, estando nessa época em causa um valor de sessenta mil euros, tendo-se perdido aí uma oportunidade que nunca mais voltou. Diz estar convencido que este Executivo apenas não fará o que não for possível, reforçando ser natural que dispare na dívida comparativamente com outros, mas também tem que ser comparado o investimento efetuado. Diz não deixar de ser uma pessoa preocupada com a dívida, no entanto, este Executivo tem demonstrado capacidade para atrair financiamento, definir prioridades e aproveitar oportunidades e enquanto assim for, continuará a apoiar, reconhecendo a preocupação em manter contas equilibradas e não hipotecar o futuro de todos. -----

-----**Constantino Duarte**-----

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Quanto aos investimentos realizados na vila de Castro Daire, manifestou que, em sua opinião, investir é criar riqueza e o que foi investido, à exceção do Jardim e do que vai ser investido nas Termas do Carvalhal, foi para criar condições. Os investimentos efetuados na Avenida 25 de abril e na Escola Secundária, à exceção dos Centros Tecnológicos, são investimentos para criar condições, mas não trazem riqueza, considerando que riqueza intelectual é diferente de riqueza financeira. O investimento efetuado nas estradas municipais é para criar condições. Refere que o Município vive à custa de candidaturas e de empréstimos para

pagar a componente própria. Não obstante, disse concordar com o que foi referido pelo membro António Luís Ferreira, quanto ao aproveitar das oportunidades e perante estas também considera ser melhor contrair empréstimo do que perder tudo. Considera que o Jardim é uma obra bem construída e feita com a "prata da casa", salientando que o que é bonito atrai, considerando-o um bom investimento, que produz riqueza enquanto outros investimentos são para criar condições, não para criar riqueza. Referiu ter lido um artigo, onde o Senhor Presidente de Câmara falava sobre a vinda do Senhor Primeiro Ministro a Castro Daire e da importância de desburocratizar e investir para criar riqueza, considerando que é o que o Executivo tem de fazer para atrair riqueza para o concelho e poder manter as pessoas e os jovens em Castro Daire.-----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Intervenção cumprimentando todos os presentes. Em primeiro lugar pediu esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos números referidos pelo Partido Socialista. Relativamente à intervenção que lhe antecedeu, referiu ser difícil de compreender, porque se há investimento bom é o investimento na Educação, não entendendo como se valoriza o jardim e se desvaloriza a escola. Considera que uma estrada, por exemplo, traz retorno económico para as pessoas que a usam e para a dinâmica económica do concelho traz retorno económico, no entanto só dá despesa para o município, mas este existe para servir as pessoas. Refere que o investimento feito está bem feito, precisamos é de mais. Quanto aos CEI's, salienta ser um programa do Partido Socialista. Refere ver pessoas que andam nos CEI's que possivelmente não lhe daria trabalho, mas outros são bom exemplo do que é ser trabalhador, considerando que, se o Município necessitar de funcionários deve ultrapassar essa precariedade e colocá-los no quadro, ainda que sem exageros. Também vê os CEI's, como um trabalho de inserção, para que não estejam à margem da sociedade, sendo preferível do que outros que recebem subsídios do Estado e não fazem nada, pois os CEI's, por mínimo que seja, dão contributo à comunidade, aos outros chama de parasitismo.-----

-----**Américo Pereira da Silva**-----

-----Intervenção cumprimentando todos. Refere haver uma ideia errada do que é um CEI, pois este é uma motivação social, um investimento nas pessoas do concelho. Há pessoas que nunca teriam qualquer trabalho na vida se não fosse esta oportunidade, incluindo pessoas com deficiência. Salientou que muitos sem qualquer hábito de trabalho, graças à sua integração em CEI, conseguiram encontrar emprego e isso é importante para o concelho. Considera, no entanto, não dever ser vicioso.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, reforça ser este um caminho para a inclusão de muitas destas pessoas que não teriam aceitação por parte da sociedade. De seguida passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Intervenção, clarificando de forma sintética alguns aspetos. No que concerne ao valor dos empréstimos bancários, referiu a amortização de um milhão e meio de euros, dada a capacidade de antecipar investimento, para poder fazer obra, pagar e poder ser elegível para receber o reembolso que permitiu a amortização antecipada, reforçando tratar-se do que chama de "engenharia financeira." Quanto à eficiência energética, investimento de dois vírgula cinco milhões de euros, com candidatura aprovada a fundos comunitários, no entanto, como é uma candidatura reembolsável é classificada nas contas como um empréstimo bancário, ou seja, um investimento realizado que consta nas contas como empréstimo bancário que terão de, no todo ou em parte, reembolsar, mas com uma poupança corrente anual de trezentos mil euros e que continua a gerar poupança para as gerações futuras. Refere ser fundamental considerar esta leitura para que a questão dos

empréstimos bancários fique clara. Disse ter falado de engenharia financeira e a capacidade de se posicionarem entre os bons e grandes municípios. Quando falaram no anuário financeiro onde constam os municípios onde mais contratações de empréstimos bancários ocorreram em dois mil e vinte e três, a priori estará lá o investimento de um milhão e meio de euros que referiu atrás e o investimento na eficiência energética. Refere que, curiosamente, até lhe dá algum orgulho, pois o município surge na posição dezassete, estando à sua frente municípios como Lisboa, Cascais, Loures, Oeiras, Coimbra, Setúbal, Braga, Loulé, Paredes, Viana do Castelo, Funchal, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Penafiel, Viseu e Peso da Régua, ou seja, Castro Daire está a ser equiparado a grandes municípios em termos de engenharia financeira e capacidade de atração de fundos comunitários e executar, com a capacidade de olhar para as possibilidades que a articulação financeira permite e conseguir fazer mais. No que respeita ao aumento do endividamento, em um milhão de euros, refere que, considerada a amortização de um milhão e meio de euros, o endividamento atual já é inferior. Quanto ao valor de dezasseis milhões de resultados negativos, retorquiu que o resultado negativo de dois mil e dezassete era de dois milhões e noventa e dois mil euros, mas com uma capacidade investimento e de realização que era metade da atual, portanto, refere ter-se feito muito mais, com resultado líquido negativo, salientando que este está a ser influenciado pelas amortizações, isto é, o investimento total não é considerado apenas naquele ano e vai sendo amortizado ao longo da sua vida útil, reforçando que, se obviamente se está a investir cada vez mais, obviamente as amortizações vão ser cada vez mais. Refere que se olhar para o desempenho operacional, em dois mil e dezassete, o resultado operacional das contas do município (EBITDA) era de três milhões duzentos e cinquenta e nove mil euros negativos, sendo o EBITDA deste exercício, três milhões e sessenta e um mil euros positivos. Quanto à questão do pagamento a fornecedores considera ser já um não assunto, desafiando a verificar o relatório financeiro, presente nesta sessão, onde a dívida a fornecedores é de dezasseis mil quinhentos e dois euros e noventa e seis cêntimos, salientando que, para uma entidade que movimenta milhões como é o caso do Município, considera estar tudo dito. Referiu ainda que a trinta e um de dezembro as contas fecham mas há fornecedores que enviam por correio, o correio atrasa e há também a considerar as declarações de não dívida que, como já foi referido, é condição para que possa ser efetuado o pagamento ao fornecedor. Relativamente a ter sido referido que a execução orçamental de capital é baixa, refere nunca terem sido tão grandes os valores de investimento. Quanto à intervenção do membro Constantino Silva refere que com o investimento na requalificação da Avenida 25 de abril, o edifício que ali estava há mais de vinte anos, já está todo vendido e várias casas estão a ser reabilitadas, reforçando que o melhor sinal do caminho certo que está a ser seguido é quando a iniciativa privada responde às políticas públicas, sendo um mero exemplo de como um investimento numa estrada é crucial, acrescentando ainda a requalificação da EN225, reforçando não ter dúvida que irá criar riqueza para a região. Salienta dois eixos fundamentais: a atratividade do território e a qualidade de vida, reforçando que se há investimentos para atrair investimento há outros que são para criar qualidade de vida mas que, conseqüentemente, geram riqueza, questionando quem querará viver num concelho sem condições que permitam qualidade de vida e esta está diretamente associada à atração de investimento, de pessoas, de turistas, que deixam cá valor acrescentado. Salientou que a eficiência energética também gera riqueza, pois gasta-se menos com a mesma iluminação e com uma poupança anual significativa e isto é gerar riqueza, considerando tudo estar interligado. Referiu ainda o investimento privado em Castro Daire, num loteamento para vinte e quatro vivendas que está em curso, reforçando que um privado só investe se perceber que o sítio onde está a investir tem dinâmica para conseguir vender e rentabilizar o investimento que está a fazer. Salienta a questão da desburocratização e concretamente, na questão da lei dos solos, sendo um tema que tem abordado em vários fóruns onde tem participado, referindo que também se tem debatido com processos burocráticos para conseguir efetuar os investimento públicos, concordando

que há muito a fazer nesta matéria que é um efetivo problema do país. Quanto aos CEI's, refere ter pessoas com muita categoria a trabalhar, que alguns são pedidos da própria Segurança Social, como forma de inclusão na sociedade, referindo que alguns desses CEI's já foram incluídos nos quadros.---

**Posto este ponto à votação, foi o mesmo apreciado e votado por maioria, com vinte e oito votos a favor, cinco votos contra a uma abstenção.**-----

Votaram contra os membros Amaro Lemos, Joana Sevivas, Paula Fernandes, Fernanda Ferreira e Constantino Silva. Absteve-se o membro João Jorge Figueiredo. O membro Rui Braguês estava ausente da Sessão no momento da votação. -----

-----Os membros do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto: "O Partido Socialista vota contra a prestação de contas do ano de 2024 pelos motivos já invocados, mostrando grande preocupação quanto à forma como a Câmara municipal está a ser gerida, não se coibindo de recorrer constantemente a créditos bancários para concretizar os investimentos, demonstrando uma falta de capacidade financeira para fazer face aos mesmos, e ao facto de ano após ano se estarem a agravar os resultados líquidos acumulados. Lamentando a falta de políticas que invertam esta tendência" -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----Interveio referindo que os esclarecimentos dados contrapõem tudo o que está escrito na declaração de voto e que a mesma não tem ligação à realidade.-----

**Ponto Cinco – Apreciação e Votação da alteração orçamental modificativa – Revisão número um, para efeitos da alínea a) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro, na sua atual redação, em cumprimento do disposto na alínea ccc) do número um do artigo 33.º do Anexo I do mesmo diploma legal.** -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** efetua o enquadramento do assunto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para mais informação.-----

-----**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio referindo que este assunto decorre da Lei e respeita à incorporação do saldo da gerência anterior.-----

**Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções, aprová-lo.**-----

Abstiveram-se os membros Paula Fernandes, Fernanda Ferreira e Amaro Lemos.-----

**Ponto Seis – Análise, discussão e votação da proposta apresentada por João Jorge da Silva Figueiredo.**-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** efetua o enquadramento do assunto, solicitando ao membro João Jorge Figueiredo a apresentação da proposta, enviada a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Refere que na sequência da recomendação que apresentou na penúltima sessão deste Órgão e considerando as divergências suscitadas, incluiu apenas as habitações. De seguida transcreve-se na íntegra a recomendação apresentada: "João Jorge da Silva

Figueiredo, membro da Assembleia Municipal, eleito nas listas do CHEGA, vem por este meio propor que seja votado o seguinte texto de recomendação ao Executivo Municipal: Considerando: 1) Que Castro Daire, como qualquer Concelho do interior, está numa situação particularmente grave no que aos incêndios florestais e socorro das pessoas diz respeito. 2) Que o flagelo provocado pelos últimos incêndios, nomeadamente no nosso Concelho, causou elevadíssimos prejuízos a várias famílias. 3) Que alertando para estas situações em reunião de Assembleia Municipal em 19/12/2022 (dois anos), deixamos uma recomendação no sentido em que no caso de a limpeza dos terrenos não fosse efetuada pelos proprietários, a mesma seria assumida pela Autarquia, vindo posteriormente a mesma a ser ressarcida das respetivas despesas por parte dos proprietários. 4) que não existem "meios físicos, temporais ou financeiros que permitam seguir tal recomendação e leis difíceis de cumprir" como referiu o Sr. Presidente na mesma reunião. 5) Que existem proprietários com terrenos de pinhal contíguos às suas habitações e que não têm possibilidade financeira de proceder às respetivas limpezas. O CHEGA, em Castro Daire propõe que seja votada e aprovada a seguinte recomendação: Que o Município, isente o pagamento de IMI as habitações de todos os proprietários de terrenos florestais contíguos a zonas de habitação, com a obrigatoriedade de os mesmos procederem incondicionalmente à limpeza dos respetivos terrenos, que no caso de incumprimento o executivo adotará as medidas punitivas adequadas." terminou salientando que, no fundo é apenas para puder dar ajuda financeira a algumas pessoas que não têm capacidade financeira para poder limpar os terrenos e essa isenção do IMI seria para isso. Manifesta-se disponível para esclarecimento de dúvidas.

-----**Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Na sequência do que já foi discutido neste Órgão, refere que esta proposta tem vários requisitos para poder beneficiar da isenção, ou seja, a pessoa teria de ser proprietária de uma habitação, ser proprietário de um terreno florestal e que esse terreno florestal fosse perto de habitações, de uma outra qualquer habitação e nesse caso, refere que se bem entendeu, a pessoa ficaria isenta de pagar o IMI da sua casa se fizesse a limpeza do seu terreno rústico que fica perto de uma qualquer habitação, ressaltando o devido respeito, julga que esta proposta não tem cabimento legal, e que já existe uma lei para o efeito, independentemente de as pessoas terem casa ou não, pelo que não faria sentido criar uma obrigação extraordinária se a pessoa tiver uma casa, considerando que também seria discriminatório, pois há pessoas que têm terrenos e não têm casa. Reforça que se o facto de ser obrigatório não faz com que cumpram essa obrigatoriedade não seria essa isenção que resolveria o problema. Referiu, no entanto, que o Município deverá começar a aplicar e executar as coimas. Disse que o CHEGA tem valor por trazer esta discussão, mas já existe uma lei para isto não precisam estar a inventar outros mecanismos.

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Referiu perceber a bondade do membro do CHEGA, o querer ajudar as pessoas. Vê o problema da operacionalidade da medida, referindo que já há muito "chico esperto" e esta medida dava azo a outros. Muitas vezes a não limpeza é uma questão económica mas também se resolveria com o brio das pessoas. Vê muita dificuldade em operacionalizar a medida, sem que se caia em arbitrariedade e falta de controlo, além do sinal que se estaria a dar à comunidade.

-----**Constantino Silva Duarte**-----

-----Interveio para clarificar que quando falou em investir para criar riqueza se referiu a investir para criar receita direta, e daí ter referido apenas a eficiência energética e o futuro balneário das Termas do Carvalhal. Quanto ao assunto deste ponto, entende que direitos e deveres deverão ser iguais para todos e as autoridades deverão atuar onde as pessoas estão a falhar, aplicando as coimas, para que a lei seja cumprida.

-----**Amaro Ferreira Lemos**-----

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Relativamente ao IMI, refere que o Código do IMI já prevê a isenção do IMI nas situações de baixo rendimento, logo por aí a proposta já não é eficaz. Referiu a situação das pessoas que não moram no concelho e não têm casas de habitação, mas têm terrenos contíguos a habitações em Castro Daire, e que não poderiam usufruir da medida.-

-----**Márcio Ferreira dos Santos**-----

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Refere que a proposta apresentada “não tem pés nem cabeça”. De facto a lei existe mas não é exequível. Não será pelas multas que as pessoas, sobretudo idosas, o conseguirão fazer, quer pela insuficiência económica quer por falta de mão de obra disponível, considerando ser preciso olhar para isto de outra maneira, devendo ser âmbito de atuação ao nível da Proteção Civil, com limpeza preventiva de nos locais que mais afetem as aldeias. Aproveita a oportunidade para agradecer ao Município e à Assembleia Municipal, em nome pessoal e de toda a família, o Voto de Pesar pelo falecimento do pai.-----

-----**Alexandre Paulo Simões Pereira**-----

-----Cumprimenta todos os presentes. Refere que os considerandos da proposta e os princípios são corretos, no entanto, a proposta enferma de uma série de problemas já amplamente debatidos, é incompleta, não tem suporte de eficácia e é também socialmente injusta e difícil de ser aplicada. Questiona se é por requerimento ou se é para todos, salientando o registo cadastral incompleto, não havendo capacidade de perceber quais os terrenos e quem serão os proprietários abrangidos por esta medida. Salienta também que parte dos terrenos também são de pessoas que não residem cá, logo não viriam a usufruir da medida. Falando de medidas punitivas, estas já estão previstas na lei, mas mesmo com isso não tem sido possível resolver o problema. Relativamente ao referido por Joana Seivas, relativamente à aplicação de coimas, informa que o Município já tem vindo a aplicar coimas, mas até isso é injusto porque alguns proprietários foram identificados, por não limparem no devido tempo, e aplicadas as coimas, havendo outras situações, muitas vezes mais graves, em que é impossível de identificar os proprietários. O SEPNA tem vindo a fazer essa identificação de proprietários e é dado um prazo para a limpeza. No ano seguinte se não estiver feito, abrem o auto. Considera dever-se intensificar esse trabalho de sensibilização e identificação dos proprietários e criar outros mecanismos para além do existente, referindo que o Executivo Municipal tem efetuado trabalho nesse sentido tendo o Senhor Presidente encetado contactos junto do Senhor Secretário de Estado das Florestas para definição de mecanismos como, por exemplo, de faixas de limpeza junto dos aglomerados populacionais, apostando na prevenção e haver dotação orçamental para que se possam fazer essas faixas de proteção, ou seja, apostar numa Proteção Civil que tenha essa capacidade e financiamento para o fazer. Dá como boa a proposta no sentido de trazer reflexão sobre o assunto, no entanto, considera-a incapaz de ser votada favoravelmente, deixando o seu sentido de voto contra a proposta apresentada.-----

-----**Zacarias Almeida Gomes**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Informou que a União de Freguesias de Parada de Ester e Ester candidatou três projetos de Condomínio de Aldeia: Eiriz e Outeiro; Mós; Faifa, entretanto já aprovados, num total de cento e vinte e sete mil euros, considerando que outras freguesias deveriam seguir o exemplo.-----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

-----Interveio referindo estar ciente de que a proposta vai ser rejeitada, mas é importante que fique o alerta e que se faça algo nesta matéria. Manifesta-se disponível para tomar parte em alguma iniciativa que se decida fazer neste âmbito.-----

**Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto a favor, recusar a proposta.**-----

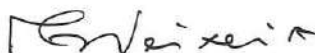
Votou a favor o membro João Jorge da Silva Figueiredo. Absteve-se o Senhor Presidente da Junta de Feguesia de Mões, Marco Aurélio Lyrio Andrade. -----

**APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO:** Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, lembrou a iniciativa que se seguirá, assinalando, desta forma o mês da Prevenção dos maus-tratos infantis. Informou ainda que o Senhor professor Augusto Soares está a realizar maquetes que recordem as vivências no tempo de guerra, dando nota do programa das comemorações do 25 de abril.-----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram doze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Dora Maria Marques Loureiro, Técnica Superior, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.-----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



-----  
-Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,



-----  
-Dora Maria Marques Loureiro-